

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 11/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2019

(Contém 22 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 11/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2019**

Aos quatro dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 17 de maio de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Albertina Maria Costa Oliveira, porque não estiveram presentes naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



ANTES DA ORDEM DO DIA:**RUA DO MERCADO - FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou novamente se já foi possível avançar com o estudo para aferir a viabilidade para a execução de passeios na Rua do Mercado, na freguesia de Água de Pau, conforme questionado nas últimas reuniões da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente informou que já foi elaborado o projeto pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal e o mesmo será presente para análise, na próxima reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa - Açores.

A Câmara tomou conhecimento.

RECOLHA DE CONTENTORES, EM ÁGUA DE PAU:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou como decorreu a reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau e com os comerciantes, no sentido de se encontrar uma solução adequada à situação da recolha dos contentores, em Água de Pau.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que só teve oportunidade de reunir com o proprietário do Café Multimédia e foi encontrada uma solução pelo proprietário que arranjou um espaço para guardar os contentores, pelo que a situação ficou resolvida. Não reuniu ainda com o proprietário do Restaurante "A Casa do Abel", mas em seu entender, a situação tem de ser resolvida à semelhança da solução que foi encontrada para o Café Multimédia. Mais informou que estão a estudar uma solução para a Rua dos Ferreiros, porque naquela situação não há um único produtor de resíduos, mas várias moradias.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o trabalho de recolha de contentores tem sido um trabalho com algum sucesso.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que houve um aumento da recolha seletiva e acredita que esta será a melhor estratégia. Por parte da MUSAMI está a haver um reforço na divulgação do cumprimento dos requisitos dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos. Durante quatro meses vão estar duas pessoas por Concelho, numa primeira fase a sensibilizar as pessoas de como devem proceder e mais tarde a verificar se a deposição dos resíduos está a ser feito corretamente.

Mais informou o Senhor Vereador Nelson Santos que a Câmara Municipal submeteu uma candidatura para adquirir 5.000 conjuntos de ecopontos domésticos para entregar aos municípios. Cada ecoponto terá um chip com a identificação do seu proprietário e a viatura de



recolha terá um sistema que permitirá fazer uma leitura para apurar a adesão dos munícipes à recolha seletiva e também o reconhecimento dos ecopontos, em caso de extravio.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se este sistema será individual da Câmara Municipal de Lagoa.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que é um projeto da iniciativa da Câmara Municipal de Lagoa e que tenta ir ao encontro da nova Diretiva Comunitária, que aponta novamente para a recolha porta-a-porta no sentido de individualização e de responsabilização.

A Câmara tomou conhecimento.

LIMPEZA DE TERRENO PRIVADO - ESTRADA DE PORTUGAL E DAS COMUNIDADES:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que passou na Estrada de Portugal e das Comunidades e verificou que trabalhadores da Câmara Municipal estavam a executar serviços de limpeza num terreno privado e os resíduos estavam a ser carregados e transportados numa viatura do Município e questionou qual a razão da Câmara Municipal proceder à limpeza e ao corte de abrigos naquele terreno privado. Mais referiu que existem empresas de jardinagem que executam aqueles serviços e a Câmara Municipal não tem alvará de prestador de serviços de jardinagem.

A Senhora Presidente informou que o proprietário em causa foi notificado para proceder à limpeza do terreno, mas como não cumpriu com a notificação, no prazo estabelecido, a Câmara Municipal procedeu à realização da limpeza, sendo-lhe debitado as respetivas despesas. É um procedimento que está em regulamento e idênticas situações já sucederam com outros privados, após falta de cumprimento das notificações.

O Senhor Vereador Carlos Augusto questionou se o preço que foi debitado é compatível com o serviço que foi efetuado, ou é um preço que convida que continue a ser os Serviços da Câmara Municipal a executar a limpeza. Mais referiu que, em sua opinião, não tem de ser os Serviços da Câmara Municipal a prestar esse tipo de serviço, porque os trabalhadores da Câmara Municipal são poucos e não têm que fazer trabalho dessa natureza. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal está a fazer concorrência com os prestadores de serviço de jardinagem e isso é desagradável.

A Senhora Presidente respondeu que como já referiu, quando a pessoa é notificada para proceder à limpeza e não a executa no prazo fixado, o procedimento seguinte é da Câmara Municipal o executar e debitar as despesas à pessoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Câmara Municipal deveria cobrar um valor superior ao valor que é cobrado pelas empresas da especialidade, para obrigar as pessoas a contratar aquelas empresas. Em seu entender, o efeito tem de ser dissuasor.



A Senhora Presidente informou que será enviado ofício ao proprietário do terreno, com os valores a pagar pelos serviços prestados pela Câmara Municipal, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto solicitado cópia do orçamento apresentado ao proprietário do referido terreno.

A Câmara tomou conhecimento.

PROCISSÃO DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o esquema que a Senhora Presidente apresentou e foi enviado por e-mail, com as posições para a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, não é legal. Não foi naquela Procissão porque não aceitou participar numa disposição que não era legal. Expôs que a Lei n.º 40/2006, de 25 de agosto - Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português e Decreto Legislativo Regional n.º 8/2007 - Regime das Precedências Protocolares e do Luto Regional na Região Autónoma dos Açores prevê quais as figuras que se podem fazer representar. Nessa legislação não está previsto que o Presidente da Assembleia Municipal se possa fazer representar e como não existe essa possibilidade não participou no ato em que o representante da Assembleia Municipal participou de forma irregular. Entende que esta situação merece um pedido de desculpa a todos os que participaram em posições incorretas, num ato que devia de ser levado a sério.

A Senhora Presidente disse que no passado já preparou cerimónias e atos com protocolo e sempre houve substituições do Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que foi de forma irregular. Acrescentou que o convite enviado pela Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres foi a todo o Executivo Camarário para incorporarem a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres e não fazia referência aos representantes da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente respondeu que sempre foi entendimento que o convite é dirigido aos Órgãos do Município, pois também participam naquela Procissão Presidentes de outras Assembleias Municipais.

O Senhor Vice-Presidente expôs que não desconsidera o que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu, mas admira-lhe muito que trouxesse esse assunto à reunião da Câmara Municipal, assim refere porque para quem respeita o Regime das Precedências Protocolares, teve uma postura e atitude contrária a esse pressuposto quando na Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do ano anterior, decidiu a meio e por sua iniciativa, assumir uma posição contrária à que tinha sido definida no protocolo inicial. Acrescentou que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado ao apresentar este assunto, desta forma e numa atitude de coerência deve também ele um pedido de desculpas aos membros que estiveram no ano passado, naquele ato religioso, e se sentiram, de um momento para o outro, com as suas



posições iniciais alteradas. Mais referiu que para si a Procissão é um ato religioso e está na Procissão não pela posição, mas pelo ato em si.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que no ano passado antes de saírem na Procissão perguntou à Senhora Presidente se estavam definidas as posições, tendo a Senhora Presidente respondido que não, mas depois posicionaram-se todos corretamente. Houve três filas, na primeira fila a Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente e o representante da Assembleia Municipal, a segunda fila com 3 membros e a terceira fila com 2 membros. O que mudou foi que os dois membros da terceira fila passaram para a segunda fila, ficando 5 membros naquela fila e três membros na primeira fila. Nas ruas mais estreitas como iam muito apertados passou para a primeira fila, ficando quatro pessoas em cada fila.

A Senhora Presidente disse que não tinham que ter alterado as posições que estavam definidas no início.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não deviam ter alterado, mas como a legislação sobre o Regime das Precedências Protocolares não prevê que o Presidente da Assembleia Municipal se possa fazer representar, com todo o respeito que tem pela pessoa em causa, a mesma deveria integrar a Procissão a seguir aos membros da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira relatou que esta discussão foi aborrecida, mas também não gostou de receber o e-mail enviando o esquema com as posições para a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres e a dizer que “agradece-se o cumprimento do mesmo”. Na última reunião quando a Senhora Presidente apresentou o convite, podia ter combinado as posições que cada um iria ocupar. Teria sido uma situação muito mais simples e evitaria ter recebido aquela imposição.

A Senhora Presidente disse que este assunto já foi abordado o ano passado e ficou combinado que mandaria um esquema com as posições para a Procissão. Mais referiu que a Legislação sobre as Precedências Protocolares será analisada.

A Câmara tomou conhecimento.

INTERCÂMBIO CULTURAL - ALBERGARIA-A-VELHA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que viu através do Facebook que o Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz participou num Intercâmbio Cultural, em Albergaria-a-Velha (Aveiro), acompanhado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vereador Nelson Santos e um representante do Diário da Lagoa. Questionou se a deslocação do representante do Diário da Lagoa foi suportada pela Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz, na qualidade de Presidente da Direção do Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz, respondeu que essa deslocação foi suportada pelo próprio Grupo de Cantares. Tem sido hábito o representante do Diário da Lagoa



acompanhar o Grupo de Cantares, porque faz as reportagens e elabora o relatório para ser entregue na Direção Regional da Juventude, no âmbito do protocolo estabelecido entre aquela Direção Regional e o Grupo de Cantares.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e a sua esposa foram por conta própria.

A Senhora Presidente informou que a esposa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz foi na qualidade de sua Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência. Fez parte da sua comitiva que a acompanhou nesta deslocação e o Senhor Vereador Nelson Santos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz foi convidado e foi pela Junta de Freguesia de Santa Cruz.

A Câmara tomou conhecimento.

GONÇALO RODRIGUES VENCE CAMPEONATO DO MUNDO EM ITÁLIA:

O Senhor Vice-Presidente informou que no fim-de-semana passado o Atleta do Clube Náutico de Lagoa, Gonçalo Rodrigues, conquistou o Campeonato do Mundo de SKI Division GP3, ao vencer duas das três mangas da etapa italiana do circuito do Campeonato Mundial de Aquabike, que se disputou em Olbia, Itália. É um feito notável alcançado pelo atleta Gonçalo Rodrigues e digno do maior realce e registo.

Mais referiu, o Senhor Vice-Presidente que ao longo deste ano, têm existido vários atletas com prestações muito boas e de relevo a nível desportivo e isso apraz-lhe registar, porque é importante para o Concelho e denota o empenhamento e qualidade dos desportistas Lagoenses.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que, em sua opinião, é de enaltecer da forma mais valorizada possível a prestação desses atletas.

A Senhora Presidente informou que na próxima reunião será apresentado um voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues.

A Câmara tomou conhecimento.

INFORMAÇÕES:

Na sequência dos pedidos de informações apresentados na última reunião da Câmara Municipal, pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, referentes às rendas de espaços municipais e aquisição de viatura, a Senhora Presidente informou que consultando os respetivos Serviços verificou-se que há duas rendas em atraso do Bar e Esplanada, no Porto dos Carneiros e há rendas em atraso do Bar e Restaurante sito à Av. Vulcanológica, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, pelo que os rendeiros foram notificados desta



situação. Sobre a aquisição de viatura, a Senhora Presidente informou que efetivamente a Câmara Municipal adquiriu um camião, de 3.500 kg e de cabine dupla, em segunda mão.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- AJCOD sagra-se Vice-Campeã Regional de Basquetebol em sub 18 Masculinos;
- Volta a São Miguel passou na Lagoa;
- Presidente da Câmara enalteceu papel das CPCJ no Encontro Regional em Água de Pau;
- Presidente da Câmara visitou obras do Caminho do Valongo que decorrem a bom ritmo;
- Lagoa acolheu IX Feira Empreendedora;
- Projeto OPJ Lagoa divulgado na IX Feira Empreendedora;
- Cine Lagoense acolheu formação sobre Valores e Ética na Prática Desportiva;
- Lagoa participou em Congresso Nacional de Cidades Educadoras;
- AJCOD sagra-se Campeã Regional de Basquetebol em sub 16 Masculinos;
- Praia da Baixa d'Areia interditada esta época balnear;
- Câmara de Lagoa realizou ação de limpeza nos Poços da Atalhada;
- Quinta da Paródia prevê abertura de portas este verão no concelho de Lagoa;
- Câmara de Lagoa assinalou Dia da Biodiversidade;
- Lagoa Ocean Race integrou Campeonato Nacional de Canoagem de Mar;
- Câmara de Lagoa entregou aparelhos de Teleassistência a idosos;
- Novo Executivo toma posse na EBI de Água de Pau;
- Alunos da Escola Tavares Canário visitaram ETAR de Água de Pau.

Sobre o assunto, "Praia da Baixa d'Areia interditada esta época balnear", o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se estão perante uma realidade de "tão cedo" não terem a Praia da Baixa d'Areia e "tão cedo" o Concelho de Lagoa não terá praia.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que na sequência das derrocadas que afetaram a arriba da praia pequena da Baixa d'Areia no início do ano, a Câmara Municipal de



Lagoa, em coordenação com a Direção Regional dos Assuntos do Mar, solicitou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil uma avaliação da estabilidade dos taludes de toda a área balnear da Baixa d'Areia. Foram identificadas um conjunto de sintomas potenciais de gerar queda de blocos, pelo que a Câmara Municipal e a Direção Regional dos Assuntos do Mar irão executar as recomendações emanadas pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou que a interdição definitiva da faixa de rodagem no sentido poente-nascente e do acesso pedonal à praia pequena serão materializados, no imediato, através da construção de um muro de proteção/guarda numa localização mais interior e pela colocação de sinalização apropriada. Em relação à praia da Baixa d'Areia, as medidas aconselham que se faça o saneamento controlado dos blocos rochosos e posterior estabilização do talude. Atendendo à complexidade desta intervenção, a Câmara Municipal e a Direção Regional dos Assuntos do Mar entenderam que a mesma deve ser suportada por um estudo geológico e geotécnico, o qual será desenvolvido por um gabinete especializado, pelo que até à execução da intervenção de estabilização e pela salvaguarda da segurança dos utentes, a prática balnear nesta praia ficará interdita.

Mais informou o Senhor Vereador Nelson Santos que será celebrado um Contrato ARAAL com a Direção Regional dos Assuntos do Mar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a duração da execução daquelas obras.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que esperam que na próxima época balnear a Praia da Baixa d'Areia já esteja aberta ao público.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que atendendo que a Praia da Baixa d'Areia está interdita ao público nesta época balnear, como é que a Câmara Municipal vai realizar a 2.^a edição do Caloura Blues, na Baixa d'Areia, pois haverá um grande fluxo de pessoas e trepidação naquela zona.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que tiveram aquela preocupação, mas são áreas diferentes e a área de lazer está aberta ao público, como também está salvaguardado o acesso ao equipamento da ETAR.

Sobre o assunto, "Volta a São Miguel passou na Lagoa" o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou quais foram os custos que a Câmara Municipal teve com este evento.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a Câmara Municipal cedeu o espaço do Convento de Santo António para a conferência de imprensa e organização da prova, bem como para a cerimónia final de entrega dos prémios, com beberete.

A Câmara tomou conhecimento.



PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR - PAULO CLEMENTE VENTURA RAIMUNDO:

Sob proposta da Senhora Presidente da Câmara foi presente o Voto de Louvor a Paulo Clemente Ventura Raimundo que abaixo se transcreve:

“Paulo Clemente Ventura Raimundo, natural da freguesia de Santa Cruz, concelho de Lagoa, nasceu a 14 de outubro de 1983, tendo revelado, desde tenra idade, uma enorme paixão pelo desporto.

Destacou-se no mundo do futebol, com uma brilhante e invejada carreira como futebolista profissional ao serviço de clubes importantes.

Iniciou a sua carreira no Clube Operário Desportivo, onde se formou e entre outros clubes passou pelo Grupo Desportivo de Chaves, onde jogou uma final da Taça de Portugal e pelo Arouca, onde subiu de divisão. Todavia foi no Clube Desportivo Santa Clara que permaneceu por cinco épocas, sendo também neste Clube que se tornou o melhor marcador de sempre, em ligas profissionais, com 53 golos marcados.

Atleta de exceção, pela sua carreira de excelência teve como ponto mais alto do seu percurso a subida à primeira liga, pelo Santa Clara.

Exemplo de integridade, dedicação, compromisso, esforço e humildade, Paulo Clemente Ventura Raimundo, conhecido na elite do futebol profissional por “Clemente”, sempre deixou falar o coração no mundo do futebol, construindo a sua carreira futebolística com muito trabalho, esforço e acima de tudo com enorme paixão.

Ao longo do seu percurso futebolístico, Clemente demonstrou sempre um grande relacionamento interpessoal, onde a dedicação e amizade aos clubes por onde passou foram a sua imagem de marca.

Terminou a sua carreira no Santa Clara, sendo visto com muito orgulho, não só pelos seus conterrâneos lagoenses, mas por todos os micaelenses e açorianos, amantes do futebol e seus admiradores.

Pelo seu profissionalismo e mérito desportivo, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um Voto de Louvor a Paulo Clemente Ventura Raimundo que terminou a sua carreira futebolística profissional na presente época desportiva de 2018/2019, ao serviço dos Açores e do Santa Clara, elevando o nome da Lagoa, devendo dar-se conhecimento deste voto ao próprio.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Louvor ao lagoense Paulo Clemente Ventura Raimundo;

2.º Dar conhecimento deste Voto de Louvor ao Paulo Clemente Ventura Raimundo.



PONTO N.º 3 – VOTO DE RECONHECIMENTO - CONSELHO EXECUTIVO - EBI DE ÁGUA DE PAU:

Sob proposta da Senhora Presidente da Câmara foi presente o Voto de Reconhecimento ao Conselho Executivo da EBI de Água de Pau que abaixo se transcreve:

“O Conselho Executivo da EBI de Água de Pau, composto pelas professoras Joana Medeiros, Susana Barrinho, Carla Pereira e Eduardo Cabral, terminou as suas funções em maio, do ano letivo 2018/2019, após um período de 6 anos ao serviço da comunidade escolar de Água de Pau.

Considerando que, durante a liderança deste Conselho Executivo foi desenvolvido um exemplar trabalho em prol do sucesso da EBI de Água de Pau;

Considerando o rigor, perseverança e empenho profissional deste Conselho Executivo, durante o período em que esteve à frente dos destinos da EBI de Água de Pau;

Considerando a forma determinada, ativa e dinâmica com que este Conselho Executivo serviu a escola, sempre com uma postura de simplicidade e humildade que mereceu o respeito e o apoio de toda a comunidade escolar;

Considerando a parceria e espírito cooperante que sempre mantiveram com a Câmara Municipal de Lagoa nas suas diversas iniciativas e que foi garante do sucesso das mesmas;

Proponho a atribuição de um voto de reconhecimento ao Conselho Executivo cessante da EBI de Água de Pau, como gratidão pela competência profissional e contributo, em prol do desenvolvimento sócio educativo da vila de Água de Pau e do concelho de Lagoa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao Conselho Executivo cessante da EBI de Água de Pau;

2.º Dar conhecimento deste Voto de Reconhecimento ao Conselho Executivo cessante da EBI de Água de Pau.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DE DATAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente a proposta de alteração de datas das reuniões da Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Foi aprovada em reunião Camarária de 14 de dezembro de 2018, o agendamento das reuniões ordinárias para o ano de 2019, mas de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços, propõe-se a alteração das datas das seguintes reuniões:

- Dia 14 de junho para o dia 21 de junho;
- Dia 28 de junho para o dia 5 de julho.”



O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vota contra a proposta de alteração de datas das reuniões da Câmara Municipal, porque não se encontra na Ilha, no próximo dia 21 de junho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do PS, uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e um voto contra do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

- 1.º Concordar com a proposta de alteração de datas das reuniões da Câmara Municipal;
- 2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta para anulação do procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1, cuja abertura foi deliberada em reunião camarária de 19 de outubro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Não aceitar/não outorgar a nova versão do contrato entretanto apresentada pela CGD – cuja proposta revogou a anterior -, e revogar a decisão de contratar e anular todo o presente procedimento de contratação pública “Contração de Empréstimo de Médio e Longo prazo até ao montante máximo de 1.765.000,00€” por o correspondente contrato reiteradamente proposto carecer de suporte legal e o procedimento não ter, de forma expressa, vedado a possibilidade de previsão de capitalização de juros em caso de incumprimento, e, em consequência, notificar todos os concorrentes desta decisão e o Tribunal de Contas, sendo posteriormente aberto novo procedimento que preveja, de forma expressa, a impossibilidade de previsão desta condição no correspondente contrato;

- 2.º Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia Municipal.



PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta para anulação do procedimento para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante máximo de 350.000,00 €, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2, cuja abertura foi deliberada em reunião camarária de 19 de outubro de 2018.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o Empréstimo de Curto Prazo não foi a visto do Tribunal de Contas.

A Senhora Presidente respondeu que no contrato apresentado pela Caixa Geral de Depósitos como mantêm a mesma cláusula que o Tribunal de Contas chamou a atenção no Empréstimo de Médio e Longo Prazo e como a Câmara Municipal não tem usado o Empréstimo de Curto Prazo nos últimos anos e não tencionam usar este ano, sente-se mais confortável propondo a anulação deste procedimento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se vai ser aberto um novo procedimento para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo.

A Senhora Presidente respondeu que não. A Câmara Municipal irá fazer a gestão com os seus recursos até ao final do ano.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Não aceitar/não outorgar a nova versão do contrato entretanto apresentada pela CGD – cuja proposta revogou a anterior -, e revogar a decisão de contratar e anular todo o presente procedimento de contratação pública “Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante máximo de 350.000,00€” por o correspondente contrato reiteradamente proposto carecer de suporte legal e o procedimento não ter, de forma expressa, vedado a possibilidade de previsão de capitalização de juros em caso de incumprimento, e, em consequência, notificar todos os concorrentes desta decisão;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia Municipal.

PONTO N.º 7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO:

Foi presente o pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal, referente ao empréstimo de médio e longo prazo, que abaixo se transcreve:

“De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício,



são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Deste modo solicito a autorização da Assembleia Municipal para os seguintes investimentos:

- Aquisição de 2 frações de terreno, na Rua António Moniz Barreto, para parque de estacionamento – 144.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Obras de requalificação de Parque de Estacionamento, na Rua António Moniz Barreto – 50.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Aquisição de terreno na Rua do Jardim, para construção de estrada – 80.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Obras de requalificação no terreno da Rua do Jardim – construção de estrada e infraestruturas – 300.000€, previsivelmente a executar em 2020;
- Recuperação do Cine Teatro Ferreira da Silva – 300.000€, previsivelmente a executar em 2020;
- Aquisição da Rede de Abastecimento de água, no Bairro Vila Mar – 100.000€, previsivelmente a executar em 2020;
- Aquisição de Terreno na Rua Cidade New Bedford, para construção de parque de estacionamento – 300.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Obras de Requalificação do parque de estacionamento na Rua New Bedford - 50.000,00€, previsivelmente a executar em 2020.”

A Senhora Presidente explicou a proposta apresentada e informou que os últimos dois pontos são novos em relação à proposta anteriormente apresentada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a área daquele terreno e se foi feito um esboço do projeto e quantos lugares poderão ser criados naquele espaço para parque de estacionamento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual a intenção de executar um parque de estacionamento naquela zona, se seria para garantir estacionamento para os utentes do Complexo Municipal de Piscinas.

A Senhora Presidente respondeu que a criação daquele parque de estacionamento serviria para os utilizados do Complexo Municipal de Piscinas e do Aquafit, porque durante a época balnear existe uma grande pressão em toda aquela zona e era uma oportunidade para libertação de espaço em caso de alguma emergência médica. Todos os anos há reclamações e reivindicações da população a solicitar a criação de mais lugares de estacionamento. Esta seria uma possibilidade, pois não há muito espaço para criar estacionamento naquela zona.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o parque de estacionamento junto ao Porto, fica sempre completo durante o verão, tendo a Senhora Presidente respondido que não, mas as pessoas são muito comodistas, preferem estacionar junto às Piscinas.



O Senhor Vereador Nelson Santos informou que o terreno tem 993 m2 e podem ser criados naquele espaço 35 lugares de estacionamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem que ser analisado o custo-benefício desta aquisição e execução da obra.

Após troca de impressões entre todos os membros e tendo em conta o custo-benefício, a Senhora Presidente propôs retirar os últimos dois pontos da proposta apresentada, com o risco do proprietário poder vender o terreno:

- Aquisição de Terreno na Rua Cidade New Bedford, para construção de parque de estacionamento – 300.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Obras de Requalificação do parque de estacionamento na Rua New Bedford - 50.000,00€, previsivelmente a executar em 2020.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização prévia, referente ao empréstimo de médio e longo prazo, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:

Tendo em consideração a alteração ocorrida no ponto anterior, de retirar 350.000,00 € à proposta inicialmente apresentada, foi corrigido o valor da proposta para abertura de procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, e que, agora, é até ao montante máximo de 974.000,00 € que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 3.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 974.000,00 € a distribuir pelos projetos mencionados na proposta, pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

2.º Solicitar propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.



PONTO N.º 9 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:

Foi presente a proposta para abertura de procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4.

A Senhora Presidente explicou a proposta apresentada e informou que se trata de obras com candidaturas a Fundos Comunitários.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou qual a razão do Emissário Submarino ter que passar para ETAR.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a Câmara Municipal pretende atualizar o tratamento existente (pré-tratamento) para um tratamento secundário antes da descarga no emissário submarino, no cumprimento das melhores técnicas disponíveis do ponto de vista ambiental.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 265.500,00 € a distribuir pelos projetos mencionados na proposta, pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

2.º Solicitar propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:

Foi presente a proposta para abertura de procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 5.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a razão do estudo de Eficiência energética dos Edifícios Municipais e se já existe projeto.



A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que se trata de uma candidatura para aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas. Para além da substituição das lâmpadas antigas por lâmpadas mais eficientes, há um conjunto de outras ações, como substituição das caixilharias de alumínio, no sentido de promover uma poupança nos custos de energia elétrica, pois são soluções que produzem poupança imediata. O estudo já foi elaborado pela Simbiente Açores - Engenharia e Gestão Ambiental, Lda. e aguarda-se resposta da Autoridade de Gestão do Programa Operacional dos Açores 2020.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vai abster-se, porque tem algumas dúvidas relativamente a este pedido para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao montante máximo de 110.000,00 €, não obstante as explicações do Senhor Vereador Nelson Santos não ficou completamente convencido.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contração de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 110.000,00 € a distribuir pelos projetos mencionados na proposta, pelo prazo de 8 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

2.º Solicitar propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:

Foi presente a proposta para abertura de procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 6.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem dúvidas do custo-benefício deste projeto de Modernização Administrativa, apesar das explicações dadas aquando da sua apresentação na última sessão da Assembleia Municipal, pois não lhe convenceram, percebeu que há intenções, mas são utópicas, pelo que irá abster-se nesta deliberação.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contração de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 75.000,00 €, para o projeto de Modernização Administrativa, pelo prazo de 4 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

2.º Solicitar propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.

PONTO N.º 12 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÕES FISCAIS DE EMPARCELAMENTO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Catarina da Câmara Velho Cabral Cordovil, legalmente representada por Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil, residente na Rua Dr. Jacinto Soares Albergaria n.º 13, freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada, solicitando nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, parecer com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples.

Pelo Gabinete Técnico desta Câmara Municipal foi prestada a informação número 5/2019 que abaixo de transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pela Sra. Catarina da Câmara Velho Cabral Cordovil, legalmente representada pelo Sr. Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil, relativo ao pedido de isenção fiscal para o emparcelamento rural simples em causa, ao abrigo do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, somos a informar, e tendo em consideração o parecer do IROA emitido sobre o assunto, que o mesmo contribuirá para melhorar a estrutura fundiária local.

Assim, poderá o emparcelamento estar isento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo, ao abrigo da alínea b) n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.”

Após troca de impressões sobre o assunto, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou parecer jurídico. Consultando o Jurista ao serviço da Câmara Municipal foi prestada a seguinte informação:

“Tendo em conta os pareceres emitidos, nomeadamente o do IROA, S.A., e interno desta Câmara Municipal, informo que, efetivamente, o artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de



agosto, na sua atual redação, possibilita que sejam isentas do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto do Selo a aquisição de prédio rústico confinante com prédio da mesma natureza, propriedade do adquirente, se a aquisição contribuir para melhorar a estrutura fundiária da exploração.

Ora, esta isenção é reconhecida pelo Chefe do Serviço de Finanças, a requerimento do interessado, apresentado nos termos e prazo previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, acompanhado de parecer do Município territorialmente competente que a fundamente, o qual deve ser solicitado pelo interessado.

Portanto, cabe à autarquia emitir o referido parecer para os efeitos de eventual subsequente isenção do pagamento de IMT.

Por fim, esclareço que quer a decisão de deferimento quer de indeferimento têm de ser fundamentadas, sendo certo que, no presente caso, a de eventual deferimento poderá ser feita por remissão/adesão aos argumentos do IROA, S.A. e Gabinete Técnico desta Autarquia sendo que a de eventual indeferimento deverá ser sustentada no referido supra (parte final do primeiro parágrafo) e não, apenas e só, numa eventual perda de receita para a Autarquia.”

A Senhora Presidente referiu que o disposto na referida Lei, possibilita que sejam isentas do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto do Selo, a aquisição de prédio rústico confinante com prédio da mesma natureza, propriedade do adquirente, se a aquisição contribuir para melhorar a estrutura fundiária da exploração. Tendo por base os pareceres emitidos pelo IROA, S.A. e Gabinete Técnico desta Câmara Municipal, poderá ser emitido parecer favorável com vista à obtenção das referidas isenções.

Sobre o assunto, os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que, uma vez que, quem está em exercício de funções de gestão nesta Câmara Municipal entende que o Município pode abdicar desta receita, então vão abster-se nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, emitir parecer favorável com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples, conforme requerido por Catarina da Câmara Velho Cabral Cordovil, legalmente representada por Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:



PONTO N.º 13 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 3 de junho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 350.991,49 € (trezentos e cinquenta mil novecentos e noventa e um euros e quarenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 14 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA, MALACA DE CIMA, FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Foi presente o requerimento apresentado pelo ISSA, IPRA – Instituto da Segurança Social dos Açores, com sede na Av. Tenente Coronel José Agostinho, Freguesia de São Pedro, Concelho de Angra do Heroísmo, proprietário de um prédio rústico, sito na Malaca de Cima, freguesia do Cabouço, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 78.060,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Caminho da Malaca; Sul – Luís da Mota; Nascente – Vicente Machado de Faria e Maia e Herdeiros de Jácome Correia e Poente – Caminho da Malaca, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1168/20130417 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 1 a 6 Seção G, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 30.000,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Caminho da Malaca; Sul – Luís da Mota; Nascente – Vicente Machado de Faria e Maia e Herdeiros de Jácome Correia e Poente – ISSA, IPRA – Instituto da Segurança Social dos Açores.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 100/2019-HM, de 21 de maio do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

1. O pedido encontra-se instruído com elementos suficientes;
2. O prédio em questão encontra-se abrangido pelo perímetro urbano da freguesia do Cabouço e a pretensão cumpre o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.



PONTO N.º 15 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, RUA DA IGREJA, FREGUESIA DO CABOUÇO:

Foi presente o requerimento apresentado por Manuel António de Faria Resendes, com residência na Rua dos Forais n.º 14, Freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa - Açores, proprietário de um prédio rústico, sito na Rua da Igreja, freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 2.740,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Rua da Igreja e Maria dos Anjos; Sul – Dionísio Fita; Nascente – Maria dos Anjos Ponte e João Gaspar e Poente – Dionísio Fita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1055/20090710 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 164, Seção F, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 1.479,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Rua da Igreja; Sul – Dionísio Fita; Nascente – Manuel António de Faria Resendes e Leonor da Conceição Faria Resendes Martins Ramalho e Poente – Dionísio Fita.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 110/2019-HM, de 23 de maio do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

- O prédio em questão encontra-se abrangido pelo perímetro urbano da freguesia do Cabouco e a pretensão cumpre o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

PONTO N.º 16 – CADUCIDADE DO PROCESSO N.º 23/12 – LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE APARTAMENTOS TURÍSTICOS NUM PRÉDIO SITO NO PICO DA FORÇA – ÁGUA DE PAU:

Foi presente à Câmara Municipal o processo de obras n.º 23/2012, de José Manuel de Almeida Sousa, representado por Roberto Manuel Lima Medeiros, com residência na Rua Manuel Augusto Amaral, Freguesia de Água de Pau, referente ao licenciamento para construção de apartamentos turísticos num prédio, sito no Pico da Força, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, acompanhado de informação dos Serviços Administrativos que o processo caducou e após audiência do interessado, o requerente nada apresentou, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do referido processo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo n.º 23/2012 – Licenciamento para construção de apartamentos turísticos num prédio, sito no Pico da Força,



freguesia de Água de Pau, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e arquivar o mesmo.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:50 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO